

Crianças, território e identidade: um estudo de caso num contexto vulnerável português

Gabriela Trevisan*

Mariana Carvalho*

Cidália Silva

Manuel Sarmiento

Resumo

Um trabalho de investigação-intervenção interdisciplinar foi realizado em um lugar considerado vulnerável, o Bairro da Emboladoura, território de Gondar, Guimarães, Portugal. Essa intervenção, fundamentada em análises teórico-metodológicas, concretizou o direito à cidade e ao território em diferentes propostas de mapeamento, reconhecimento e reflexão das quais participaram grupos de crianças e jovens. Mobilizando metodologias participativas centradas nos direitos das crianças, esses exercícios foram também consubstanciados em processos de requalificação dos espaços públicos. Em síntese, discutidos os exemplos dos trabalhos executados com a comunidade, identificou-se o projeto Palácio da Imaginação como o acontecimento final no espaço comunitário. Por meio da promoção de uma intervenção inovadora, que articulou investigação e ação de diferentes áreas científicas num dado território (ciências da educação, arquitetura, sociologia da infância, trabalho comunitário), foi possível assegurar a participação de crianças e jovens nos processos de elaboração e concretização das mudanças propostas, nomeadamente dos territórios que habitam e que concebem de modo plural e intergeracional.

Palavras-chave: coconstrução do território; infância; espaço público; intervenção.

* O trabalho desenvolvido pelo ProChild CoLAB foi apoiado por fundos nacionais mediante: i) Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), I.P. e Norte-06-3559-FSE-000044, integrado no convite Norte-59-2018-41, visando à contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional Programa Norte 2020, área temática de Competitividade e Emprego, por meio do Fundo Social Europeu (FSE); e ii) Programa Missão Interface, do Plano de Recuperação e Resiliência, Aviso nº 01/C05-i02/2022, aprovado pela Agência Nacional de Inovação (ANI), S.A.

Abstract

Children, identity and territory: a case study in a vulnerable Portuguese context

This study proposes an analysis of an interdisciplinary research-intervention implemented in the Bairro da Emboladoura, territory of Gondar, Guimarães, Portugal, a region deemed vulnerable. Based on theoretical and methodological analyses, this intervention substantiated the right to the city and the territory in several mapping, recognition and reflection proposals carried out with groups of children and young people. By mobilizing participatory methodologies centered on children's rights, such exercises also attested the requalification of public spaces. In summary, after discussing examples of the work made within the community, the Palácio da Imaginação project was identified as the final event in the communal space. Through the promotion of an innovative intervention that articulated efforts and research from various scientific fields in a given territory (education sciences, architecture, sociology of childhood, community work), it was possible to ensure the participation of children and young people in the development and implementation of the proposed changes, namely the territories they inhabit and conceive in a plural and intergenerational manner.

Keywords: co-construction of territory; childhood; public space; intervention; Portugal.

Resumen

Niños, territorio e identidad: un estudio de caso en un contexto vulnerable portugués

Se realizó un trabajo interdisciplinario de investigación-intervención en un lugar considerado vulnerable, el Barrio Emboladoura, territorio de Gondar, Guimarães, Portugal. Esta intervención, a partir de análisis teórico-metodológicos, concretó el derecho a la ciudad y al territorio en diferentes propuestas de mapeo, reconocimiento y reflexión en las que participaron grupos de niños, niñas y jóvenes. Movilizando metodologías participativas enfocadas en los derechos de la niñez, estos ejercicios también se plasmaron en procesos de recalificación de espacios públicos. En resumen, después de discutir los ejemplos del trabajo realizado con la comunidad, el proyecto Palácio da Imaginação fue identificado como el evento final en el espacio comunitario. A través de la promoción de una intervención innovadora, que articuló la investigación y la acción desde diferentes áreas científicas en un territorio determinado (ciencias de la educación, arquitectura, sociología de la infancia, trabajo comunitario), se logró asegurar la participación de niños, niñas y jóvenes en los procesos de elaboración e implementación de los cambios propuestos, a saber, los territorios que habitan y que conciben de manera plural e intergeneracional.

Palabras clave: co-construcción del territorio; infancia; espacio público; intervención; Portugal.

Introdução

A temática da cidade e da relação das crianças com os territórios que habitam tem vindo a ser discutida por diferentes autores, em particular, nos designados “estudos da criança”, procurando cada vez mais perspetivas¹ de diferentes áreas que possam dialogar entre si para uma compreensão mais aprofundada dessa relação. Na perspetiva interdisciplinar desses estudos, tem se construído evidência de que a requalificação de contextos urbanos periféricos tem tudo a ganhar com a participação infantil. Como diferentes investigações assinalam no plano internacional (e.g. Derr; Chawla; Mintzer, 2018; Krysiak, 2022; Gill, 2021), a participação das crianças é um imperativo democrático, uma condição de bem-estar e um princípio político adequado, competente e inovador.

Em trabalhos anteriores, os/as autores/as têm analisado a relação da criança com o território a partir da construção da cidadania das crianças (Sarmento 2019; Sarmento; Trevisan, 2018b), de lógicas de direitos consignados (Sarmento; Trevisan, 2018a) ou de atenção particular ao espaço público e ao modo como as crianças se apropriam dele (Trevisan; Bento; Carvalho; Silva; Sarmento, 2022). Esta visibilidade renovada da temática tem um conjunto de justificações: por um lado, a complexidade de um conhecimento que se torna multi e interdisciplinar para dar conta das especificidades dessa relação; por outro, pelo facto² da “vida urbana exprimir a condição da criança contemporânea” (Sarmento, 2019, p. 4).

Este estudo, portanto, defende a inclusão dos interesses e das perspetivas da criança no planeamento urbano, que se constituiu sempre como um desafio (Trevisan, 2014; Sarmento, 2019; Trevisan *et al.*, 2022). No entanto, esta incorporação se torna mais desafiante quando se refere às vozes marginalizadas de crianças em processos de negociação urbana (Manouchehri; Burns, 2021). Ainda assim, grande parte dessas experiências envolvem, tendencialmente, grupos específicos de crianças, com predominância de crianças em idade escolar e mais velhas, sendo atribuída pouca atenção às crianças mais novas (Tomás; Trevisan, 2023).

Assim, a construção de processos que envolvam a voz e a perspetiva das crianças sobre os lugares que habitam implica uma conceção³ de participação que não se reduz, também, a um mero direito, mas contribui poderosamente para melhorar os serviços públicos e “identificar com precisão a necessidade e o desenvolvimento da inovação em serviços” (Grace *et al.*, 2019, p. 2).

No mesmo sentido, como afirmam Sarmento, Marchi e Trevisan (2018, p. 6):

A cidade é um contexto onde ocorre o processo de institucionalização, na sua dupla aceção: por um lado, a normatividade infantil contemporânea é, em larga medida, decorrente de uma conceção urbana e ocidentalocêntrica da modernidade e, por outro lado, a cidade é o espaço social onde proliferam as instituições para as crianças: escolas, jardins de infância, creches, ateliês

¹ Mantida a grafia da língua portuguesa usada em Portugal. No Brasil, usa-se “perspectivas”. (Nota da Revisão).

² No Brasil, usa-se “fato”. (N. da R.).

³ No Brasil, usa-se “concepção”. (N. da R.).

de tempos livres, clubes, lares e casas de acolhimento etc. O processo de institucionalização incrementa as regras e limites de ação das crianças no espaço.

As cidades constituem-se, assim, lugares de vida das crianças, em que deverão viver e participar. Como declara Chawla (2001, p. 1),

durante o processo [participativo], a criança sente-se a desempenhar um papel útil na comunidade. Os processos formais de participação criam deliberadamente estruturas para o envolvimento das crianças na construção de significado e partilha da tomada de decisão.

É relativamente consensual a ideia de que as propostas das crianças em relação ao espaço são, por norma, globais e percorrem diferentes gerações e/ou classes sociais e económicas. Mesmo com crianças mais pequenas, a observação de obstáculos no espaço público revela, frequentemente, a atenção daqueles que nele tenham dificuldades em movimentar-se (Tomás; Trevisan, 2023). No entanto, é possível também identificar diferentes obstáculos e dificuldades na sua participação.

Tal como argumenta Chawla (2001), ao analisar os resultados do Simpósio de Oslo,⁴ que juntou crianças, investigadores, representantes de organizações não governamentais (ONGs) e decisores políticos, um dos aspetos salientado, com relação às diferentes práticas de participação das crianças, foi o de que na maioria das áreas de tomada de decisão, em que essa participação seria mais valiosa, verificaram-se forte controlo e autoridade adulta; isto é, o grande desafio passava pela aprendizagem dos adultos em escutarem e respeitarem as ideias das crianças, bem como pelo reconhecimento de que estas podem contribuir positivamente nas suas comunidades. Da mesma forma, foi possível verificar que há áreas em que a participação delas está mais em risco, nomeadamente no contexto escolar e no urbano (Chawla, 2001). Torna-se clara a necessidade de promover estratégias e modos de participação das crianças no espaço urbano que possam não apenas ser significativas para elas e para as comunidades onde vivem, mas também consequentes na sua transformação.

É a partir destas premissas que temos vindo a desenvolver um trabalho específico, situado num território em Gondar, Pevidém, Guimarães, envolvendo grupos de crianças e jovens e a comunidade em geral na coconstrução do seu espaço público, baseado nas perspetivas e necessidades deles. Uma caracterização mais aprofundada desse território já foi feita pelos autores em trabalhos anteriores, pelo que, neste texto, desenvolveremos os resultados desses processos e a sua aplicação na construção de espaços públicos no Bairro da Emboladoura.⁵

⁴ *Children's Participation in Community Settings: a Research Symposium*, realizado na Universidade de Oslo, em 2000, que reuniu membros do conselho consultivo da Childwatch International, membros do projeto *Growing Up in Cities* do Programa *Management of Social Transformations (MOST)* da Unesco e outros especialistas para analisar a participação das crianças em diferentes ambientes da vida comunitária.

⁵ Para um aprofundamento do território de aprendizagem de Pevidém e do bairro em particular, consultar Trevisan *et al.* (2022).

1 As práticas de mapeamento com crianças e jovens no Bairro da Emboladoura

As práticas de mapeamento de territórios e lugares podem assumir diferentes formas e adotar estratégias distintas. Tal como argumentamos anteriormente, o reconhecimento dos espaços do bairro pelo olhar das crianças e a elaboração dos mapas mentais foram fundamentais para que pudessem construir a sua perspetiva sobre o lugar e sobre os diferentes modos de apropriação. A partir desses exercícios iniciais, foi ainda possível identificar um conjunto de necessidades sentidas pelas crianças, a que importava dar respostas concretas (Trevisan *et al.*, 2022). O bairro onde se desenvolveu a ação se situa periféricamente em relação à cidade de Guimarães, município histórico do Norte de Portugal – foi a primeira capital portuguesa, na Idade Média – com 170.000 habitantes, estando desta distante simbólica e fisicamente. A mobilidade até o seu centro depende de uma rede de transportes que, apesar das melhorias observadas, demora algum tempo entre o bairro e o centro da cidade, pelo que a vida das crianças acontece, sobretudo, nos arredores e dentro do bairro. A população que habita o bairro é heterogénea e tem vindo a reclamar uma forte intervenção nas suas condições de vida.



Imagem 1 – Atividade “Sem muros nem fronteiras”, propostas realizadas pelas crianças para reabilitação do Bairro da Emboladoura – Guimarães – 2021

Fonte: © ProChild CoLAB.

Os exercícios de mapeamento⁶ permitiram à equipa⁷ de projeto um conhecimento personalizado dos lugares, as rotinas e as apropriações das crianças e, sobretudo, a criação e o sentimento de pertença partilhado desses mesmos lugares.

Os/as participantes são habitantes do Bairro da Emboladoura, tendo-se constituído um grupo de crianças e jovens com quem se trabalhou durante todo o processo de mapeamento e de cocriação do Palácio da Imaginação, num total de 15 participantes. A todos os participantes menores de 18 anos foi solicitado o

⁶ Os exercícios de mapeamento do território foram desenvolvidos desde 2020 até finais de 2022 com o grupo de jovens e crianças que habitam o bairro, tendo sido selecionados os locais que estes apontaram como mais relevantes na sua vivência no local. A partir dessa seleção, cada lugar foi trabalhado apontando-se que melhorias as crianças e jovens gostariam de ver efetuadas nesses espaços.

⁷ No Brasil, usa-se “equipe”. (N. da R.).

preenchimento de um consentimento informado aos pais e/ou membro da família responsável, para participação no projeto e coleta de imagem. As crianças e jovens participantes integram um projeto de Intervenção Comunitária – Porta7 – do qual o ProChild CoLAB⁸ é parceiro no desenvolvimento de diferentes ações. Ambas as instituições solicitaram consentimento aos pais/representantes das crianças e jovens.

A comunidade adulta do bairro foi convidada a participar nas atividades através de convites construídos e distribuídos pelo grupo de crianças e jovens, tendo sido informados do projeto quando⁹ dessas atividades, bem como dos modos de registro¹⁰ e divulgação. Estiveram presentes cerca de 30 adultos no café comunitário e no mapeamento coletivo do bairro.

A partir do reconhecimento realizado com as crianças, escolheram-se os lugares mais significativos para a sua vivência quotidiana: o parque infantil, o campo de jogos e terreno adjacente. Apesar das condições de alta degradação desses espaços, as crianças utilizam-nos diariamente, sobretudo por serem os únicos disponíveis para a comunidade, adultos incluídos.



Imagem 2 – Atividade “Sem muros nem fronteiras”, propostas realizadas pelas crianças para reabilitação do parque infantil – Bairro da Emboladoura – Guimarães – abril 2021

Fonte: © ProChild CoLAB.

As crianças identificaram o espaço do parque infantil como um de natureza coletiva e intergeracional. Para lá da necessidade de novos equipamentos, de alargamento convertendo parte da rua em espaço de brincar, de fontes de água e de elementos de sombra, acrescentam mesas e lugares para carrinhos de bebés,

⁸ O ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion (ProChild CoLAB) é uma associação privada sem fins lucrativos, reconhecida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) como Laboratório Colaborativo desde novembro de 2018. A sua missão é combater a pobreza e a exclusão social na infância, mediante uma abordagem científica transdisciplinar, articulando os setores público e privado, promovendo o bem-estar das crianças no tecido económico e social e contribuindo para políticas públicas de defesa dos seus direitos.

⁹ Conjunção temporal, formada de a+quando, significa “na ocasião em que”. (N. da R.).

¹⁰ No Brasil, usa-se “registro”. (N. da R.).

permitindo que todos possam utilizar um espaço que, por norma, se caracteriza como sendo das crianças.

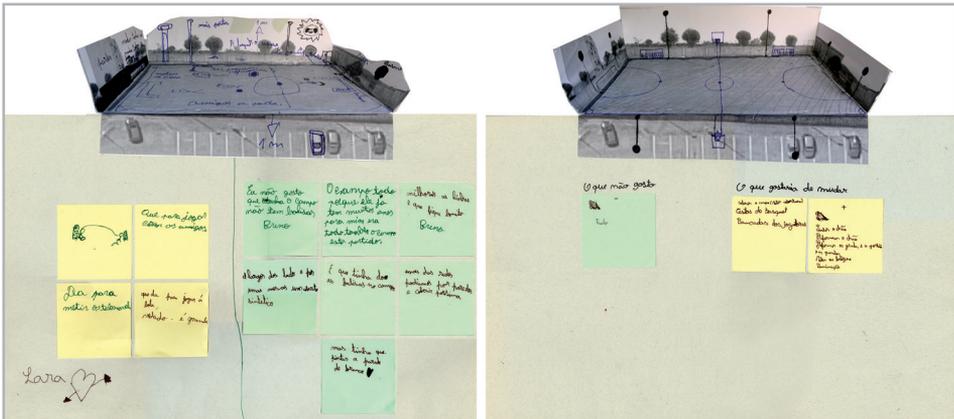


Imagem 3 – Atividade “Sem muros nem fronteiras”, propostas realizadas pelas crianças para reabilitação do campo de jogos – Bairro da Emboladoura – Guimarães – maio 2021

Fonte: © ProChild CoLAB.

O campo de jogos, desqualificado e em estado de degradação evidente, foi também trabalhado com as crianças, perspetivando o que mudariam/incluiriam e o que gostam e não gostam nesse espaço.

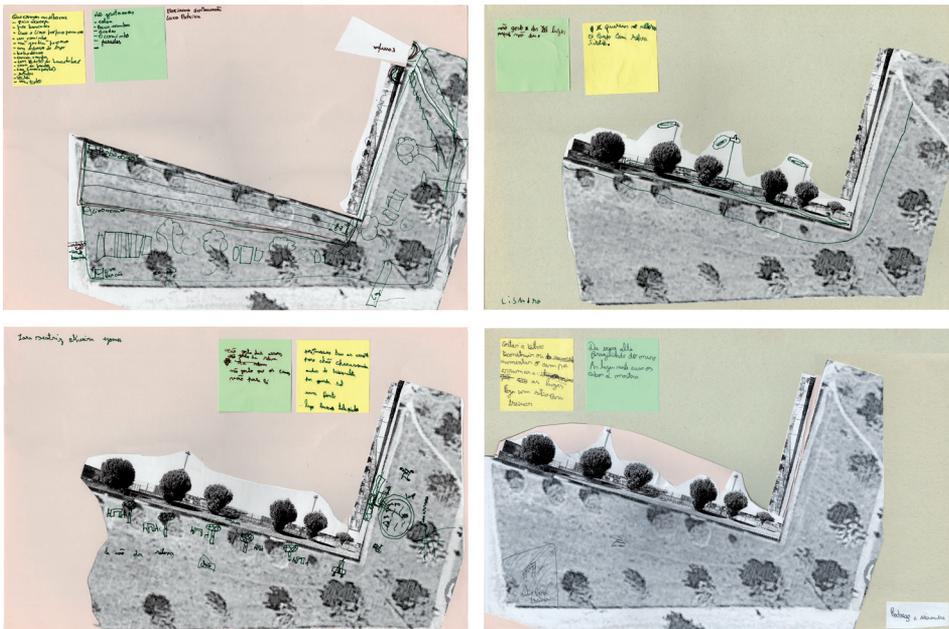


Imagem 4 – Atividade “Sem muros nem fronteiras”, propostas realizadas pelas crianças para reabilitação do terreno adjacente ao campo de jogos – Bairro da Emboladoura – Guimarães – junho 2021

Fonte: © ProChild CoLAB.

À semelhança do que havia sido feito com o parque, as crianças identificam a necessidade de requalificação do espaço, incluindo itens de desporto, como balizas, postes de basquete, redes de vôlei etc., bem como bancadas para utilização do público e elementos de sombra e de convívio na cota alta do terreno, revelando, mais uma vez, uma conceção do espaço que não se limita àquilo que gostam de aí fazer, mas atendendo a uma utilização de tipo comunitária.

No ano seguinte, em 2022, as atividades de mapeamento extravasaram as fronteiras definidas pelo Bairro da Emboladoura e foram explorados outros territórios de importância reconhecida pelas crianças e jovens. Foi o caso do Parque Calça Ferros, situado na outra margem no rio Ave, no município de Vila Nova de Famalicão. As crianças e jovens do bairro tiveram oportunidade de pensar sobre o que reconhecem de valor nesse lugar e o que se poderia fazer para o tornar ainda mais agradável.



130

Imagem 5 – Atividade “Sem muros nem fronteiras”, propostas realizadas pelas crianças para o Parque Calça Ferros – Vila Nova de Famalicão – julho 2022

Fonte: © ProChild CoLAB.

Para lá dos exercícios feitos apenas com o grupo de crianças, a equipa queria o envolvimento dos adultos também, de modo a que o processo de reconhecimento pudesse ser global e de que qualquer proposta de transformação iniciada no território pudesse ser plural, abrangendo todas as faixas etárias. Assim, convidaram-se os residentes do bairro a participar nos exercícios, tendo atuado com as crianças e jovens no reconhecimento do bairro, obtendo-se uma perspetiva intergeracional sobre o lugar.



Imagem 6 – Atividade “Habito o meu bairro”, integrada no projeto Palácio da Imaginação, mapeamento do território com crianças, jovens e adultos – Bairro da Emboladoura – Guimarães – dezembro 2021

Fonte: © Fraterna/ProChild CoLAB.

Estes exercícios permitiram reunir a perspetiva da comunidade sobre a intervenção a realizar.



Imagem 7 – Atividade “Habito o meu bairro”, integrada no projeto Palácio da Imaginação, reconhecimento do território com crianças, jovens e adultos – Bairro da Emboladoura – Guimarães – dezembro 2021

Fonte: © Fraterna/ProChild CoLAB.

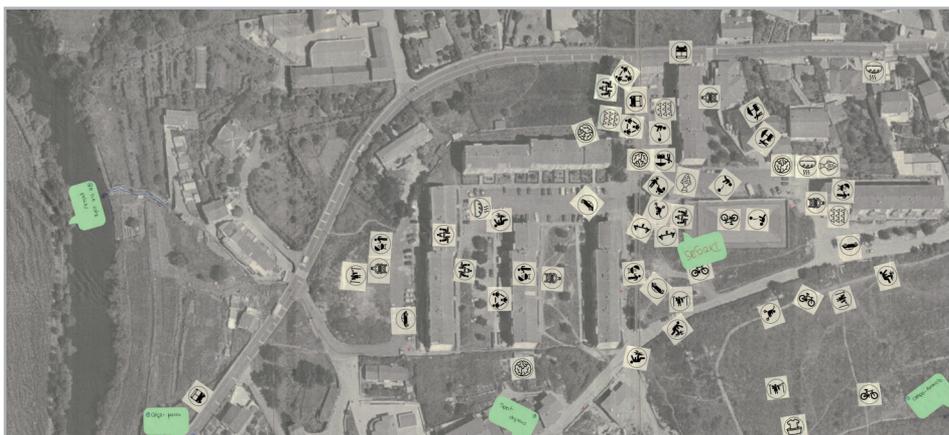


Imagem 8 – Atividade “Habito o meu bairro”, integrada no projeto Palácio da Imaginação, mapeamento do território com crianças, jovens e adultos – Bairro da Emboladoura – Guimarães – dezembro 2021

Fonte: © ProChild CoLAB.

Mobilizando metodologias participativas e visuais capazes de envolver todos os participantes da comunidade, incluindo a utilização de diferentes elementos visuais (pictogramas) associados ao lugar, criaram-se as respetivas categorias de análise e respostas. Os pictogramas abrangiam distintas dimensões para discussão com a comunidade, que os aliou a diferentes aspectos considerados positivos ou negativos no lugar.

Quadro 1 – Categorias de análise do processo de mapeamento realizado com a comunidade

(continua)

Categorias	Ideias	Aspectos negativos	Aspectos positivos	Comentários	Perigo/problemas
Consumos	Palestra sobre consumos.	Higiene ambiental. Droga. Ver coisas que não quero.			Droga/consumo/venda (2).
Mobilidade	Fazer uma paragem de autocarros. Acesso a pessoas sem mobilidade.	Paragem de autocarro.			Ausência de corrimão nas escadas (5). Caminho que vai para a cabeleireira em mau estado. Velocidade a que passam os carros. Falta de acesso para pessoas com pouca mobilidade.
Blocos	Celebrar uns com os outros; conviver. Um espaço de convívio. Melhorar todos os espaços.	Não gosto da entrada 16, lixo. Não gosto do telhado e das bombas (4).	O canto do bloco 3, sentar com as amigas.	As nossas conversas à noite nas escadas. Gostava de ter a entrada que tinha com a vizinha.	Jardim de trás, muito lixo e tabaco.
Limpeza do bairro	Melhorar limpeza/colocar moradores a fazer limpeza (7).	Falta de limpeza.	Gostava de ver limpeza.		Vidros no chão/mau ambiente (3).

Quadro 1 – Categorias de análise do processo de mapeamento realizado com a comunidade

(conclusão)

Categorias	Ideias	Aspectos negativos	Aspectos positivos	Comentários	Perigo/problemas
Espírito bairrista	Fazer mais atividades com as pessoas.		Convívio no bairro (3). As crianças e jovens. Espírito bairrista. Bom senso das pessoas perante animais abandonados. Boa recepção de pessoas de outros países e etnias.	Quando estava a andar de patins e espetei-me contra um carro. Como fui recebida pelas pessoas. Momentos bons nas escadas. Saudades de convívios com pessoas maravilhosas (3). Saudades de ir ao baile. Saudades e passar à noite.	Bons ambientes nas ruas.
Convivialidade		Não gosto de conflitos.			Falta de respeito perante as outras pessoas. Pessoas que roubam coisas.
Fraterna/Porta7	Aumentar espaço da Fraterna. Mais convívios na Fraterna.		Gosto da Fraterna e do convívio. Precisa de ser remodelado. As crianças irem passar as férias. São uma simpatia. Tem muitas atividades e muitos amigos. Gosto de ser voluntária da Fraterna. Boas memórias da sala da Fraterna.	Fraterna/atividades. Entrar para a Fraterna.	
Espaço público/ espaços verdes	Fazer uma manifestação para começar obras.	Não gosto de nenhum espaço.	Gosto dos espaços verdes. Flores.	Tinha muitas plantas altas, mas agora destruíram as plantas.	
Equipamentos	Melhorar o parque (2). Melhorar o campo/ colocar relva sintética (2).	Parque tem muito lixo e o baloço está destruído. Não respeitam as regras do parque. Parque e campo (4). Prédios.	Gosto de brincar no parque. Fazer um tanque para lavar a roupa. Os banquinhos.	Bancos dos idosos, fazer uma cobertura. Ir à piscina em Guimarães; ginástica na Fraterna em Guimarães; São João.	Rede do campo. No parque, a chutar a bola vai para estrada, posso ser atropelado.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número entre parênteses corresponde a quantas pessoas identificaram o problema/sugestão.

As diferentes atividades descritas no ponto seguinte permitiram, então, responder de modo global a muitas das necessidades que haviam sido identificadas nos exercícios comunitários.

2 Transformação do território e do lugar: a construção do Palácio da Imaginação

Como descrito nos pontos anteriores, a participação de grupos de crianças e de adultos nos processos de mapeamento e reconhecimento dos lugares, a par da identificação das principais necessidades, originou a vontade de dar resposta à principal delas: a construção de um espaço comunitário/multifuncional no bairro. A abertura de candidaturas ao Programa Bairros Saudáveis permitiu o desenho de uma iniciativa de cocriação coletiva com a comunidade do Bairro da Emboladoura, com foco especial nas crianças.

Bairros Saudáveis é um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. Saúde não é só ausência de doença. É um programa de pequenas intervenções, mediante apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas. Visa, sobretudo, dar algum poder, no sentido de “poder fazer”, a comunidades residentes e pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis [Palácio..., 2020?].

O bairro está localizado na Urbanização da Emboladoura, na extremidade ocidental do concelho de Guimarães, e foi construído em 1980 pelo Instituto de Gestão e Alienação do Patrimônio Habitacional do Estado (Igaphe), atualmente denominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). É identificado com o número 1.135 e composto por 231 habitações e 18 unidades não habitacionais. As condições habitacionais são muito precárias e o sistema de espaços coletivos precisa de uma intervenção urgente. Esse bairro foi escolhido como uma prioridade em virtude dos elevados níveis de pobreza na comunidade e, conseqüentemente, nas crianças.

O território de Pevidém, onde esse bairro está localizado, é a área de intervenção escolhida e é afetado por todas as crises da indústria têxtil, com desemprego cíclico, elevada taxa de emigração e condições de trabalho precárias, bem como graves ameaças à qualidade do ambiente familiar e ao desenvolvimento e bem-estar das crianças.

Como explicamos em trabalhos anteriores (Trevisan *et al.*, 2022), para lá destes problemas, no momento de diagnóstico realizado em conjunto com os diferentes parceiros, a situação das famílias e crianças tinha tido agravamentos significativos, sobretudo resultantes da pandemia de covid-19. Para enfrentar os problemas deste bairro altamente desfavorecido, a equipa do ProChild CoLAB uniu esforços com a Fraterna, convidando este Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, com o estatuto de régie cooperativa instituída e financiada pelo

município de Guimarães, bem estabelecido na comunidade, a ser o promotor do Palácio da Imaginação¹¹ e o mediador efetivo com a população. Para lá da construção de um espaço multifuncional, tornou-se evidente a necessidade de criar atividades com a população, visando preencher a lacuna entre o individual e o coletivo, explorando a empatia perante o “outro” como um instrumento de diálogo e atenuação de tensões existentes, que nem sempre são fáceis de gerir nas relações interpessoais. A abordagem transdisciplinar empregue no projeto, combinando a arquitetura com a sociologia da infância e as artes plásticas, foi concretizada por meio do compromisso contínuo da equipa com as crianças, em ritmo semanal, num processo que durou um ano.

A partir destas perspetivas, foi possível enquadrar 18 atividades estruturadas em torno de uma metodologia concreta, enunciada em diferentes verbos-ação correspondentes às diferentes fases e componentes do projeto. Assim, as atividades foram pensadas tendo em conta o processo de identificação de necessidades com as crianças e restante comunidade. Realizaram-se, nesse sentido, *workshops* que pudessem captar essas necessidades, correspondentes à ação “Interdialogar”.



135

Imagem 9 – Atividade “Interdialogar”, integrada no projeto Palácio da Imaginação, apresentação do projeto à comunidade e discussão das suas necessidades e competências para participar – Bairro da Emboladoura – Guimarães – novembro 2021

Fonte: © Crianças do Bairro da Emboladoura.



Imagem 10 – Atividade “Recriar” o estudo com as crianças, processo de cocriação – Bairro da Emboladoura – Guimarães – fevereiro 2022

Fonte: © ProChild CoLAB.

Nota: Este foi o processo de cocriação mais longo com crianças (de fevereiro a setembro de 2022). Começou em fevereiro de 2022, com a confecção de um modelo 1/1 com caixas de papelão, e continuou com modelos em outra escala.

¹¹ O Palácio da Imaginação obteve o financiamento máximo previsto pelo programa de 50.000 euros, a aplicar durante dez meses no território selecionado. Reuniu diferentes parceiros para a concretização das suas ações (Palácio..., [2020?]).

No “Recriar”, foram construídas seis estruturas de madeira para recriar o ambiente de estudo e recriou-se o diálogo entre todos os envolvidos. As crianças e jovens da comunidade haviam já identificado a vontade de melhorar os espaços de estudo e de terem melhores condições para esse efeito. Estas estruturas foram construídas e experimentadas com as crianças, desde a conceção do protótipo até a sua montagem final.



Imagem 11 – Seis estruturas flexíveis de madeira, espaço para estudo e muitos outros usos – Bairro da Emboladoura – Guimarães – janeiro 2023

136

Fonte: © Leszio.

No “Habitar”, foram realizadas ações de reconhecimento do bairro e mapeamento; as crianças passaram a usar as estruturas de madeira construídas pelo projeto para fazerem os seus trabalhos de casa; foram realizadas oficinas de fabrico de pão e cozinha vegetariana; e sessões com um pediatra e um psiquiatra foram oferecidas para a promoção da saúde física e mental. Além disso, os desperdícios da indústria têxtil foram reutilizados na construção das estruturas coletivas e em várias outras atividades, como a celebração com a comunidade do Dia Internacional do Brincar.

No “Ativar”, foram realizadas sessões sobre prevenção do abuso de substâncias psicoativas, hábitos alimentares saudáveis e benefícios do exercício físico; um mercado comunitário foi organizado; ações de sensibilização ambiental foram empreendidas; e o projeto foi divulgado nas redes sociais, por meio de exposições e apresentações públicas em vários fóruns. Tendo em conta a situação desfavorecida e isolada da comunidade, adotamos medidas para promover a inclusão, interagindo com todas as faixas etárias, em especial as crianças e jovens, mas também os idosos e pessoas que enfrentam diversas dificuldades, como dependência, tentando sempre remover o medo que impede a aproximação.



Imagem 12 – Atividade “Habitar o brincar”, integrada no projeto Palácio da Imaginação, celebração do Dia Internacional do Brincar – Bairro da Emboladoura – Guimarães – 28 de maio de 2022

Fonte: © CMG.

Esta abordagem envolveu a disposição para compreender o que era difícil de entender, superando os medos e complexos para alcançar a serenidade de não julgar, não querer determinar e não criar certezas, como mencionado por Careri (2017).

Os moradores que optaram por participar (cerca de 60) tiveram a oportunidade de estar envolvidos em todas as fases do projeto, por meio das seguintes atividades:

- i) durante a pandemia de covid-19, realizamos uma pesquisa com as crianças para avaliar as necessidades mais críticas dos habitantes, que estavam relacionadas com a falta de um espaço abrigado para lazer, convívio, atividades esportivas, culturais e melhoria das condições de estudo para as crianças;
- ii) através das ações “Interdialogar” e “Habitar o meu bairro”, descobrimos as aptidões dos residentes, como gostariam de participar no Palácio da Imaginação e onde a estrutura deveria ser implantada; e
- iii) tanto as crianças quanto os adultos participaram na criação das estruturas de madeira para “recriar o estudo” e descobriram suas próprias habilidades artesanais e o prazer na experiência do “fazer”.

Apesar de ter um orçamento reduzido, este projeto conseguiu desenvolver não só as 18 atividades a que se propôs ao longo de um ano, mas também construir seis estruturas flexíveis de madeira para o estudo e outras apropriações imaginadas pelas crianças: o Palácio da Imaginação, um espaço coberto de 7,5 x 15 metros, capaz de acomodar os usos identificados pela comunidade, e o *Imaginarium*.



Imagem 13 – A não função do *Imaginarium* é a liberdade infinita de imaginar e estar vivo – Bairro da Emboladoura – Guimarães – 13 de janeiro de 2013

Fonte: © Leszio

138



Imagem 14 – Palácio da Imaginação, estrutura comunitária com 7,5 x 15 metros de área coberta – Bairro da Emboladoura – Guimarães – 13 de janeiro de 2013

Fonte: © Leszio.

Os resultados só foram possíveis graças à dedicação e horas de trabalho voluntário de muitas pessoas que generosamente doaram seu tempo e talento para trazer um pouco mais de alegria a uma comunidade desfavorecida, isolada e estigmatizada. A criação de uma estética distinta, que incorpora qualidade visual e textual, foi considerada crucial para ajudar a dissipar as percepções negativas em relação a este lugar negligenciado. Para isso, foi dada especial atenção à qualidade estética em todas as vertentes: textual, visual e projetual. A escrita foi trabalhada para ser fiel à poesia da imaginação, e as crianças participaram ativamente neste processo, que incluiu a criação de um vídeo promocional para angariar fundos.

A seleção cuidadosa de cores e padrões realizada com as crianças e jovens criou a linguagem visual do Palácio da Imaginação em todas as peças de comunicação (logotipos, vídeos, panfletos etc.). No que diz respeito às estruturas projetadas, é importante destacar dois pontos:

- i) as estruturas de madeira foram projetadas para serem facilmente montadas, permitindo que o projeto se concentrasse no objetivo “fazer com as crianças”, são facilmente desmontáveis e transportáveis para outros locais, além de serem flexíveis e estimularem a apropriação livre e lúdica por parte das crianças;
- ii) a estrutura polivalente do Palácio, com implantação sobre o vale do rio Ave, foi decidida em conjunto com as crianças, devolvendo o bairro ao rio e favorecendo o usufruto desta paisagem agrícola.

A escolha da cor vermelha, também utilizada no Centro Histórico de Guimarães (Patrimônio Cultural da Humanidade, declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco), é uma manifestação simbólica e ética, lembrando os 99% do território que também precisam de nosso cuidado e atenção urgente.

Considerações finais

Tal como pretendemos realçar neste texto, as crianças são frequentemente excluídas ou invisíveis do que se designa por norma de esfera pública e política (Wyness, 2006), tornando mais urgentes e significativos os projetos que pretendem rasurar essa invisibilidade e trazer as crianças para o centro da participação no território que habitam.

As crianças são cidadãos como quaisquer outros. O facto de nas sociedades de democracia liberal não possuírem o direito de voto ou de ser eleitas não implica que não tenham ação política. A sua intervenção rege-se pelas características específicas das suas culturas infantis, e exprimem-se especificamente através de uma linguagem própria e de modos expressivos distintos dos adultos: os desenhos, a expressão corporal, as narrativas e dramatizações. Sendo um direito reconhecido, a participação das crianças é não apenas juridicamente legítima e necessária, como socialmente muito relevante. As perspetivas e opiniões das crianças são indispensáveis para reconhecer o sentido de que estes sujeitos sem direito de voto têm sobre a vida em comum e, nesse sentido, permite ampliar o conhecimento indispensável a uma ação política verdadeiramente empenhada no bem-estar das crianças, considerando as suas condições ambientais. Mas, além disso, a imaginação infantil, a imensa criatividade de perspetivas, não contaminadas pela doxa e pelas opiniões dominantes, bem como o sentido agudo do interesse coletivo tornam a participação infantil verdadeiramente útil a uma política urbana democrática.

O projeto que se apresenta, assente em metodologias participativas com crianças e, portanto, atento às suas culturas e formas de expressão, apoia-se neste

princípio. Ao propor-se a reestruturação urbana de um bairro periférico e degradado e ao assumir o “Palácio” não como um *objeto*, mas como um *processo*, mantendo o seu caráter¹² extraordinário, tornou a vulnerabilidade socioespacial do bairro no seu movimento transformador: para que cada “ser” e “todos” possam ampliar o imaginário e, assim, transpor as opressões externas e autoimpostas. O “Palácio” simboliza a vastidão e a riqueza da imaginação humana, enquanto a palavra “Imaginação” se refere à capacidade criativa infinita das crianças. Dessa forma, o “Palácio da Imaginação” pode ser visto como uma metáfora para a regeneração dos lugares mais frágeis do nosso planeta.

Este é um projeto não conformista. Apesar de feito a partir de um local específico com residentes locais, sua natureza e escopo permitem a sua replicação em outros territórios. O princípio ético adotado é o primeiro a ser repetido infinitamente: recriar um projeto utópico que aborda as necessidades e potencialidades das pessoas e do lugar, sem preconceitos, através da aceitação e empatia. Este é um ponto de partida fundamental para uma mudança comprometida com a construção de lugares de liberdade.

Referências bibliográficas

CARERI, F. *Caminhar e parar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CHAWLA, L. Evaluating children’s participation: seeking areas of consensus. *PLA Notes*, London, n. 42, p. 9-13, Oct. 2001. Available at: <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/9113IIED.pdf>. Accessed on: 20 Dec 2023.

CORNEY, T. et al. Youth participation: adultism, human rights and professional youth work. *Children & Society*, [S.l.], v. 36, n. 4, p. 677-690, July 2022.

CROOK, D. J. Children changing spaces, changing schools. *Children & Society*, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 445-460, May 2021.

DERR, V.; CHAWLA, L.; MINTZER, M. *Placemaking with children and youth: participatory practices for planning sustainable communities*. New York: New Village, 2018.

GILL, T. *Urban playground: how child-friendly planning and design can save cities*. London: Riba, 2021.

GRACE, R. et al. Where are the silences?: a scoping review of child participatory research literature in the context of the Australian service system. *Children Australia*, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 172-186, Dec. 2019.

HANSON, K. Reinventing children’s rights. *Childhood*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 149-156, May 2022.

¹² No Brasil, usa-se “caráter”.

KAUKKO, M.; WILKINSON, J.; HASWELL, N. "This is our treehouse": investigating play through a practice architectures lens. *Childhood*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 187-203, May 2022.

KRAFTL, P. et al. Articulating encounters between children and plastics. *Childhood*, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 478-494, May 2022.

KRYSIK, N. *Designing child-friendly high density neighbourhoods: transforming our cities for the health, wellbeing and happiness of children*. Sidney: Cities for Play, 2022.

MANOUCHEHRI, B.; BURNS, E. A. Participation as a right to the city: Iranian children's perspectives about their inclusion in urban decision-making. *Children & Society*, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 363-379, May 2021.

NORDBO, E. C. A. et al. Promoting activity participation and well-being among children and adolescents: a systematic review of neighborhood built-environment determinants. *JBIE Evidence Synthesis*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 370-458, Mar. 2020.

PALÁCIO da imaginação [Projeto N. 472/2020]. *Jornal dos Bairros Saudáveis*. [2020?]. Disponível em: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000496/index.htm>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SARMENTO, M. Apresentação. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, ES, v. 21, n. 49, p. 1-5 jan./jun. 2019.

SARMENTO, M.; MARCHI, R.; TREVISAN, G. Beyond the modern norm of childhood: children as the margins as a challenge for the sociology of childhood. In: BARALDI, C.; COCKBURN, T. (Ed.). *Theorizing childhood: citizenship, rights and participation*. Milton Keynes: Palgrave-Macmillan, 2018. p. 135-157.

SARMENTO, M.; TREVISAN, G. The appropriation of space by children: urban materiality and the right to the city. *Paper presented at the Childhood and Materiality. VIII Conference on Childhood Studies, May 7-9, University of Jyväskylä, Finland, 2018a*. [Not published in the conference proceedings].

SARMENTO, M.; TREVISAN, G. Local childhood citizenship: programs for children's participation in the city. *Paper presented at the Child and the City World Conference, 24-26th September 2018, Vienna, Austria, 2018b*. [Not published in the conference proceedings].

SHEARN, K. et al. Mixed methods Participatory Action Research to inform service design based on the Capabilities Approach, in the North of England. *Children & Society*, [S.l.], v. 36, n. 4, p. 450-471, July 2022.

SPYROU, S. When design designs children: the importance of ontological design for childhood studies. *Childhood*, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 471-477, Nov. 2022.

THOMAS, N. P. Child-led research, children's rights and childhood studies: a defence. *Childhood*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 186-199, May 2021.

TREVISAN, G. "Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós": infância e cenários de participação pública – uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade. 2014. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança – Sociologia da Infância) – Universidade do Minho, Braga, 2014.

TREVISAN, G. *As crianças, um teatro e uma cidade: relato e conclusões*. Lisboa, 2019. Disponível em: <<https://lucateatroluisdecamoes.pt/wp-content/uploads/2018/11/texto-conclusoes-conferencia.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

TREVISAN, G.; BENTO, G.; CARVALHO, M.; SILVA, C.; SARMENTO, M. Infância, espaço público e participação: a abordagem do território de aprendizagem. In: GOBBI, M. A. et al. (Org.). *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: USP, 2022. p. 35-58.

WARMING, H. Childhood prism research: an approach for enabling unique childhood studies contributions within the wider scholarly field. *Children's Geographies*, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 284-296, 2022.

WYNESS, M. *Childhood and Society*. London: Palgrave-MacMillan, 2006.

142

Gabriela Trevisan, doutora em Estudos da Criança, especialidade em Sociologia da Infância, pela Universidade do Minho, Instituto de Educação, é investigadora no ProChild CoLAB, onde integra o eixo da Participação Social.

gabriela.trevisan@prochildcolab.pt

Mariana Carvalho, doutora em Património Arquitectónico e licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), também licenciada em Belas Artes – Pintura – pela Faculdade de Belas Artes dessa universidade. Atualmente, é investigadora no ProChild CoLAB, onde integra o eixo da Participação Social.

mariana.carvalho@prochildcolab.pt

Cidália Silva, doutora em Arquitectura, área Cidade e Território; professora associada de Arquitectura e Urbanismo na Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho. Membro Integrado de Investigação no Lab2PT. Foi coordenadora do "O Extraordinário do Ordinário", ProChild CoLAB (2017-2023). Atualmente, é professora visitante e pesquisadora na SRH University Heidelberg, financiada pelo DAAD.

cidalia@ead.uminho.pt

Manuel Jacinto Sarmento, doutorado em Estudos da Criança, área de especialização em Estudos Sócio-educativos. Agregação em Sociologia da Infância. Professor Associado com Agregação, aposentado, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Investigador integrado do Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC-IE). Professor visitante em várias universidades brasileiras e francesas. É membro do Conselho Superior do ProChild CoLAB.

sarmento@ie.uminho.pt

Recebido em 7 de agosto de 2023

Aprovado em 6 de novembro de 2023